

TCU vê risco de 'shutdown' no próximo ano

Corte questiona Ministério da Economia sobre possibilidade de paralisação da máquina pública e da prestação de serviços à população. Valor estimado para despesas de custeio e investimentos no Orçamento de 2022 é o menor já registrado

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASILIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) está questionando o Ministério da Economia sobre o risco de paralisação da máquina e de serviços públicos no próximo ano. Técnicos do órgão querem saber se o total previsto para despesas livres em 2022 é suficiente para manter o funcionamento normal da administração pública.

O governo encaminhou ao Congresso as bases do Orçamento de 2022 em meados de abril. O documento projeta um total de R\$ 96,6 bilhões para as chamadas despesas discricionárias. São gastos para manutenção da máquina e investimentos. Entram nessa conta, por exemplo, recursos para universidades e bolsas de estudos.

O valor previsto para o próximo ano é o menor da série histórica. Representa 52% do valor realizado em 2019 (R\$ 185,4 bilhões), úl-

timo ano antes da pandemia, e 57% do valor médio realizado nos últimos 13 anos (R\$ 169 bilhões).

Esses dados constam no pedido de informações encaminhado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia.

PEDIDO DE JUSTIFICATIVA

No pedido de informações, os técnicos do TCU questionam se consideram "viável garantir o funcionamento normal da administração pública federal com a projeção de despesas discricionárias" que consta nas bases para o Orçamento de 2022 e pedem para justificar o posicionamento.

O TCU também questiona se existem estudos referentes à viabilidade do funcionamento da administração pública federal com o valor projetado para as despesas discricionárias em 2022 e, em caso afirmativo, pede para



Orçamento apertado. Gastos com salários e aposentadorias reduzem espaço para despesas de custeio e investimento

encaminhá-los ao órgão.

Os técnicos do Tribunal de Contas dizem ainda que, caso o governo considere inviável o funcionamento normal da administração pública federal em 2022 com a projeção de despesas discricionárias previstas

nas bases do Orçamento do próximo ano, quais alternativas estariam sendo consideradas para evitar o shutdown da administração pública federal.

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, o governo

admite que "a situação fiscal atual e o cenário de contração dos gastos discricionários demandam uma revisão no funcionamento da administração pública".

Os gastos discricionários têm reduzido significativamente nos últimos anos por

causa do crescimento das despesas obrigatórias, como o pagamento de salários e aposentadorias. Essas despesas comprimem o espaço do teto de gastos, regra que impede o crescimento das despesas da União acima da inflação. Como as despesas obrigatórias crescem acima da inflação, o governo corta gastos discricionários para cumprir o teto.

GASTOS OBRIGATÓRIOS

"Em que pese a eficiência do teto dos gastos no controle da maior parte das despesas primárias, sua composição interna ainda demonstra crescimento na participação dos gastos obrigatórios em detrimento dos gastos discricionários, o que tende a precarizar gradualmente a oferta de bens e serviços públicos e a pressionar, ou, até mesmo, eliminar investimentos importantes", admite o próprio governo em um dos anexos do PLDO.

Procurado, o Ministério da Economia não se manifestou.

Presidente do BB nega interferência e mantém fechamento de agências

GERALDA DOCA
geralda@bsb.oglobo.com.br
BRASILIA

O presidente do Banco do Brasil (BB), Fausto Ribeiro, disse, em sua primeira entrevista coletiva no cargo, que pretende dar um "toque pessoal" no comando da instituição. Ele negou interferência política e se comprometeu a executar o plano estratégico da gestão anterior.

Segundo o executivo, está mantida a redução de gastos da ordem de R\$ 10 bilhões até 2025, com fechamento de agências e desligamento voluntário de funcionários, entre outras medidas. O plano desagradou ao presidente Jair Bolsonaro e foi um dos motivos da queda de André Brandão da presidência do BB.

— Com relação a qualquer interferência política na gestão, zero — disse Ribeiro, ao comentar o resultado do primeiro trimestre do BB. — O mandato que eu recebi do presidente da

República é relativamente simples. Liderar o banco em busca de eficiência operacional e rentabilidade compatível com os pares, e prestar atendimento de excelência à população. Não tem nada diferente. Obviamente vamos dar um toque pessoal.

SEM EXECUTIVOS DO MERCADO

No primeiro trimestre, o BB teve lucro recorde, com alta de 44,7%, para R\$ 4,9 bilhões. Mudanças no plano de cargos e salários e redução de despesas administrativas, tocadas na gestão de Brandão, influenciaram. Ribeiro assumiu o co-

mando do BB em abril.

O novo presidente do banco informou que a diretoria executiva será composta preferencialmente por funcionários de carreira, dando início a uma mudança no perfil da cúpula. Nas duas gestões anteriores, de Rubem Novaes e Brandão, a orientação foi incluir nas vice-presidências executivos do mercado.

— O perfil que a gente busca são profissionais de carreira do banco, prata da casa, com alta qualificação e experiência. As mudanças são naturais no processo de sucessão, não vou fazer mexidas atropelando todo o processo — disse Ribeiro.

CINCO MIL DESLIGADOS

Perguntado se quer ter atuação semelhante à de Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal, disse:

— Não pretendo ocupar espaço político.

Ribeiro afirmou que vai ampliar o diálogo com o governo sobre eventuais novas

medidas polêmicas para evitar falhas na comunicação. O problema foi apontado na gestão de Brandão.

Ele disse que o plano de fe-

chamento de 361 agências está em fase avançada e que cinco mil funcionários do BB já foram desligados. Destacou que gestão de rede é processo

dinâmico e dizer que não haverá mais redução de postos de atendimento é "forçar a barra".

O executivo afirmou que o "retorno aos acionistas é inegociável" e que buscará parcerias com start-ups. Ele quer deixar como legado a transformação digital da instituição.



Expectativa. Ribeiro dará "toque pessoal" na gestão do banco

Andrade Gutierrez coloca à venda participação na CCR

Construtora recebe oferta de R\$ 4,6 bi da IG4 Capital Investimentos por sua fatia na concessionária

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

A construtora Andrade Gutierrez negocia a venda de sua participação na CCR, uma das maiores concessionárias de infraestrutura do país, por R\$ 4,6 bilhões. Em fato relevante, a CCR confirmou que a presidente do Conselho de Administração da empresa, Ana Maria Marcondes Penido, recebeu cópia da carta enviada pela construtora aos demais acionistas. A informação foi revelada pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Segundo a carta, através da AG Participações, a Andrade Gutierrez pretende vender

todas as suas ações na CCR, equivalentes a uma fatia de 14,86%, diante de oferta da IG4 Capital Investimentos.

Antes de o negócio ser concluído, os demais acionistas poderão exercer direito de preferência para a compra dos papéis, nos próximos 30 dias.

Os grupos Soares Penido e Mover — ex-Camargo Corrêa — detêm, cada, a mesma parcela de ações que a Andrade.

Com a decisão, a Andrade vai vender mais de 300 milhões de ações ordinárias da CCR. A IG4 ofereceu R\$ 15,44 por ação, totalizando R\$ 4,6 bilhões.

A construtora Andrade Gutierrez foi uma das empresas

investigadas pela Operação Lava-Jato por propinas e contratos fraudulentos. A empresa assinou acordo de leniência com a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério da Transparência e a Controladoria-Geral da União (CGU) se comprometendo a devolver R\$ 1,49 bilhão à União.

Em abril, a agência de classificação de risco Fitch rebaixou o rating de inadimplência de longo prazo em moeda local e estrangeira da Andrade Gutierrez pela decisão da empresa de não pagar uma parcela de sua dívida, conforme acordo fechado com credores. O calote foi de US\$ 23 milhões de uma dívida vencida em dezembro, mas que a Andrade renegociou para pagar em abril. Agora, quer mais 45 dias para honrar o compromisso.

A CCR é dona de 13 concessões rodoviárias, entre elas, a Via Dutra; ganhou recentemente a concessão de 15 aeroportos, além de administrar o terminal de Belo Horizonte.

VALOR INVESTE

2 ANOS

USANDO A RECEITA CERTA PARA CRESCER E FAZER VOCÊ CRESCER COM ELE

O VALOR INVESTE NASCEU HÁ DOIS ANOS PARA SER SEU PARCEIRO, AJUDANDO VOCÊ A TOMAR AS MELHORES DECISÕES.

COM ACESSO GRATUITO, JÁ É O PRINCIPAL* SITE DE FINANÇAS PESSOAIS DO PAÍS E NÃO PARA DE SUPERAR SUAS MARCAS. UM SUCESSO! PORQUE ENSINA DE UM JEITO FÁCIL TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER PRA CUIDAR BEM DO SEU DINHEIRO.

VALOR INVESTE. AQUI TEM MAIS VALOR.

Acesse valorinveste.com

Ou, se preferir, use este QR Code.

Valor **investe**

*Fonte: Comscore. Média de visitantes em 12 meses até mar/21.